

## Prefácio

Nilson Maciel de Paula

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAULA, N.M. Prefácio. In: PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., and TEO, C.R.P.A., eds. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais* [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 7-12. ISBN: 978-85-64905-72-6. <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0001>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# PREFÁCIO

*Nilson Maciel de Paula*

Mais do que um fato momentâneo, a crise alimentar do início do milênio, que levou mais de um bilhão de pessoas à condição de fome e subnutrição, revelou a essência da ordem alimentar global contemporânea. Como expressão de uma tendência em curso desde o início da década de 1970, aquela conjuntura de instabilidades explicitou mais claramente os traços estruturais de um sistema alimentar formado sob a égide das grandes corporações e regulado por uma intensa liberalização dos mercados. Tendo por referência a noção de regime alimentar corporativo financeiro, formulada por Phillip McMichael em suas valiosas interpretações sobre o regime alimentar atual, a alimentação se tornou um campo de sinergia entre capitais situados na indústria processadora, no sistema financeiro, pela conversão de alimentos em derivativos, e no sistema energético pelo uso de alimentos para obtenção de biocombustíveis. Mais ainda, não apenas a comercialização do alimento se dá na interface entre esses sistemas, mas o próprio capital se metamorfoseia assumindo posições em todas as frentes. Ou seja, empresas financeiras investem no comércio de alimentos e compra de terras, assim como empresas agroindustriais se envolvem em operações financeiras e investem na produção de biocombustível. Em suma, os capitais comercial, agroindustrial e financeiro se fundem na simbiose entre sistemas originalmente distintos, na qual os alimentos, convertidos em commodities, são consumidos ou processados de acordo com as expectativas de lucro e com as exigências impostas pelo processo de acumulação. Mais do que de abastecerem o mercado mundial de alimentos, o agronegócio e agricultura de alta escala, estão conectados àquela simbiose e, portanto, sujeitos às suas vicissitudes.

Por outro lado, paralelamente à ampla capilaridade de uma estrutura industrial e varejista oligopolizada, conectando espaços produtivos a um mercado global

e estimulando o consumo de alimentos processados, um estado de insegurança alimentar se propaga mundialmente, tanto em regiões pobres quanto no interior de sociedades afluentes do mundo desenvolvido. Apesar da redução do número de famintos e subnutridos nos anos recentes, ainda é considerável o contingente populacional sem o acesso adequado aos alimentos, em termos quantitativos e qualitativos. A deterioração das condições de abastecimento alimentar passou a ocorrer tanto do ponto de vista da redução do poder de compra e insuficiência de oferta, quanto pela maior ingestão de produtos industrializados, cujo efeito mais dramático se manifesta no número de pessoas obesas ou com sobrepeso, o qual, tendo já dobrado entre 1980 e 2014, deve atingir mais 2,7 bilhões de pessoas em 2025, um terço da população mundial, segundo informa a *World Obesity Federation*. Tal fenômeno é mais preocupante quando detectado em países do continente africano, onde o número de crianças com idade inferior a cinco anos com sobrepeso ou obesas correspondem a quase um terço de um total mundial de 41 milhões, tendo aumentado em aproximadamente 50% desde 2000, segundo dados da Unicef. Impulsionada por variação positiva na renda de determinados segmentos sociais, essa tendência tem sido acompanhada por deficiências nutricionais que comprometem o crescimento, as quais estão associadas à substituição de alimentos naturais de origem local por produtos processados. Mais ainda, numa replicação do que ocorre mundialmente, essa alteração não pode ser explicada sem levarmos em conta o contato da população africana com os grandes supermercados globalizados, linha de frente da difusão de novos produtos que facilmente se tornam objeto de desejo dos consumidores, oriundos de uma indústria processadora também globalizada. Portanto, subnutrição deixa de ser apenas um sintoma de escassez e passa a ser consequência também do excesso e da alteração do padrão de consumo.

Num plano mais geral, os sinais incontestáveis de insegurança alimentar são reverberações da essência do capitalismo neoliberal, no qual o papel regulador do Estado foi substituído pelo autocontrole do mercado, sob os falsos pretextos da eficiência e da capacidade de promover crescimento. Na realidade, as consequências do empobrecimento do trabalho e do desmonte de mecanismos de proteção social como alavancas competitivas nos mercados globais repercutiram diretamente na precarização das condições de vida, paralela à maior concentração de renda e riqueza. Se por um lado, as oito pessoas mais ricas do planeta detêm riqueza equivalente à da metade da população mundial, por outro mais de 70%

vivem desprovidos dos serviços básicos de proteção social. Diante desse quadro, governos nacionais são intencionalmente fragilizados através de ajustes estruturais para reduzir o Estado ao mínimo, ao mesmo tempo em que se rendem à falaciosa superioridade da lógica do mercado. Assim, não se trata mais de uma oposição entre Estado e mercado, como visões maniqueístas sugerem, mas de uma unicidade entre os dois, na qual o primeiro se coloca a serviço do segundo.

Nesse contexto, preocupações com segurança alimentar e nutricional passaram a exigir políticas de governos capturados pela falácia da eficiência dos mercados, a compor documentos de organismos multilaterais, e até mesmo a atrair o interesse de grandes corporações orientadas pela questionável necessidade de aumento de oferta. O entendimento de que o combate à fome requer maior produção preserva as bases da ordem alimentar, abrindo novas oportunidades para o grande capital encrustado numa espécie de reedição da revolução verde e validando uma governança formada pela liberalização dos mercados como vasos comunicantes entre situações de excesso e de escassez. Encobre-se assim a entropia desse sistema e suas contradições estruturais, através de uma agenda hegemônica orientada pela superficial relação entre oferta e demanda e pelo estímulo à propagação de tecnologias de alto rendimento, inclusive, nas áreas rurais mais vulneráveis. A inocuidade daquele receituário é observada nos discursos oficiais e de organizações, de baixa repercussão prática, amparados apenas por ações filantrópicas embutidas em programas de ajuda alimentar, incapazes de alterar o quadro de dependência de muitos países e de atingir os reais determinantes do agravamento da insegurança alimentar. Entretanto, ir além de soluções tópicas e panaceias elusivas envolve ampliar o campo de observação para além da alimentação, para o que é preciso entender que a fome está diretamente associada ao aprofundamento das desigualdades sociais e aumento da pobreza. Ou seja, os processos de distribuição de renda e riqueza estão na raiz dos problemas alimentares, tanto no que diz respeito ao limitado acesso quanto ao maior interesse pelos produtos processados, cujos atrativos, enaltecidos pelas estratégias de publicidade, estão no baixo preço, na facilidade de consumo, na aparência e no imponderável apelo de modernidade. Os efeitos nutricionais são negligenciados ou camuflados, contribuindo para o distanciamento do alimento de sua condição natural e de sua importância para o ser humano.

A partir dessas observações, entende-se que a insegurança alimentar não se constitui uma falha de mercado ou um desajuste temporário do sistema, passível

de correção a partir de sua própria dinâmica. Ou seja, a questão alimentar, como caracterizada anteriormente, está na própria essência do sistema alimentar, cuja solução exige o rompimento de paradigmas e transformações estruturais capazes de reorientar as tendências em curso e um confronto aos interesses dominantes. Dessa forma, não é possível esperar dos agentes hegemônicos mudanças que coloquem o sistema em sintonia com a segurança alimentar e nutricional. O desafio ao *status quo* tem sido feito, na realidade, por movimentos sociais engajados na construção de uma agenda contra-hegemônica de contestação, de formulação de políticas e de iniciativas locais para o fortalecimento das comunidades para controle de seus recursos, recuperação de tecnologias e práticas autóctones agroecológicas, e formação de redes locais de abastecimento. Esse é o caminho rumo à noção de soberania alimentar, formulada pela Via Campesina, cuja atuação tem dado visibilidade global à necessidade de resgatar o sentido da alimentação como direito humano e de reativar campanhas pela reforma agrária como condição para fortalecer a agricultura familiar camponesa de forma, a alterar a correlação de forças no interior do sistema alimentar e proporcionar maior dinamismo às comunidades locais frente aos grandes mercados. Entretanto, o aprofundamento das mazelas sociais no contexto do capitalismo neoliberal nos leva à conclusão de que soluções para o paroxismo da insegurança alimentar só serão bem sucedidas na medida em que o caminho rumo a uma sociedade mais justa e igualitária tenha sido efetivamente trilhado.

Simultaneamente, cabe aos estudiosos da questão alimentar e representantes dos movimentos sociais não apenas identificar criticamente os determinantes da insegurança alimentar e as estratégias de usurpação, pelos agentes dominantes, de bandeiras e proposições alternativas. Mais do que isso é preciso desvendar perspectivas que emergem da sociedade civil e de instituições envolvidas na construção de uma via alternativa que se materialize numa agenda sólida de segurança alimentar desafiadora e capaz de mitigar os efeitos nocivos da ordem alimentar atual. A organização deste livro é uma iniciativa de grande relevância nessa perspectiva, por colocar o tema do abastecimento alimentar sob uma ótica que difere das abordagens convencionais voltadas para a organização dos mercados, posição dos agentes comerciais, e para a conexão mercantil entre produtores e consumidores. Ou seja, não se trata de uma discussão sobre as possibilidades de disciplinar ou dar maior eficiência à estrutura atacadista e varejista, mas sobre estratégias e políticas formuladas para atender as populações mais vulneráveis

através de redes alternativas, com base nas quais é possível passar ao largo da centralidade dos mercados estruturados sob o comando das grandes corporações.

Este trabalho contém uma sequência de temas articulados de forma bastante coerente cujo ponto de partida é uma avaliação da evolução do sistema alimentar, com ênfase em sua frágil sustentabilidade. Tendo em vista os processos de deterioração ambiental combinada com a propagação da fome e precarização das relações de trabalho, os desafios para a construção de um sistema alimentar sustentável se multiplicam, demandando uma visão capaz de reunir os diferentes campos disciplinares para radiografar a anatomia das estruturas de poder e traçar perspectivas de mudança. Tal discussão implica a construção de um novo campo de referência, no qual estão contemplados o engajamento da sociedade civil, a viabilização de sistemas produtivos agroecológicos com destaque para o sistema de certificação através da Rede Ecovia, e ação dos governos nacional e locais por meio de políticas públicas de abastecimento e de organização de mercados institucionais. As experiências de Cabo Verde, França e Uruguai, tratadas em diferentes capítulos, permitem uma avaliação comparativa entre países de temas relacionados às políticas governamentais de abastecimento e às iniciativas da sociedade civil e comunidades rurais para organizar circuitos alternativos de comercialização.

Do ponto de vista da avaliação de políticas públicas de abastecimento, tanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar como o Programa de Aquisição de Alimentos são amplamente discutidos em vários capítulos, com destaque para os impactos positivos na agricultura familiar e junto aos consumidores carentes urbanos e crianças em idade escolar. Tal discussão, cobrindo vários estados brasileiros, embora não ignore as falhas e as fragilidades de tais programas, os trata como estratégicos para uma agenda contra hegemônica, através dos quais uma dieta natural e saudável é possível, baseada em produtos obtidos localmente. Com isso, torna-se possível não apenas fortalecer a agricultura familiar e práticas agroecológicas, mas também circuitos curtos daí derivados, além de valorizar referências culinárias baseadas em produtos locais. Novamente, as análises sobre políticas similares implementadas em Cabo Verde e no Uruguai trazem elementos que contribuem para a avaliação dos rumos tomados por aqueles programas no Brasil e a possibilidade de corrigi-los.

Mais do que expor o alcance das políticas públicas e mostrar as deficiências existentes nas estruturas de abastecimento, as análises aqui reunidas explicitam o

protagonismo de atores sociais e suas organizações na construção de um caminho alternativo ao dos grandes mercados, entre a produção de alimentos, social e ecologicamente sustentável, e a sociedade consumidora, excluída daqueles. E mais, o resgate de cardápios e hábitos tradicionais, na esteira de uma valorização de sistemas alimentares locais, constitui uma ferramenta importante para uma reflexão que contribua para um estado inclusivo e amplo de segurança alimentar e nutricional. Portanto, a diversidade de temas discutidos complementa de forma plena e adequada o texto de apresentação e os capítulos que abrem essa rica discussão que mostra as contradições do sistema agroalimentar global e as alternativas possíveis para sua transformação.